

Procedimento Operacional Padrão para o SES

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA VERSÃO 2019

Seção de Educação Sanitária
Departamento de Defesa Agropecuária – DDA
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR
Tel.: (51) 32886269 Fax: (51) 32886221

**Procedimento operacional padrão (POP) do
Programa de educação sanitária**

**Serviço de Educação Sanitária
DDA/SEAPDR**

Programa de Educação Sanitária

Este manual tem como objetivo orientar a realização dos procedimentos que devem ser adotados pelas Unidades Locais da SEAPDR referentes à Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

Estão aqui contemplados os documentos e formulários utilizados pelo SES, como legislações utilizadas por este serviço, bem como leituras complementares que têm como finalidade atualizar os colegas das unidades locais, tornando-o uma ferramenta de trabalho e atualização de todos os servidores do DDA.

Atualizado agosto 2019.

Índice:

<i>Introdução</i>	4
<i>Elementos para um Plano de Educação Sanitária</i>	7
2.1. A fonte	7
2.2. A mensagem	8
2.3. Os meios de comunicação	8
2.4. O público	8
2.5 Planejamento das atividades educativas	8
<i>Atividades do SES</i>	12
3.1. Documentos comprobatórios	12
3.2. Capacitações internas	13
3.3. Atividades de educação sanitária a público externo	13
3.3.1. Público-alvo	14
3.4 Certificados	15
3.4. Projetos em andamento	15
<i>Legislação vigente para o SES</i>	17
<i>Contatos com o SES</i>	18

1. Introdução

Prevenir, controlar e/ou erradicar enfermidades implica necessariamente em ações sanitárias que necessitam de estrutura adequada dos serviços e de base técnica bem fundamentada. Entretanto, o sucesso das ações de política pública em sanidade não pode prescindir do apoio da população para atingir seu êxito. Desse modo, é imperativo que a comunidade se sinta identificada, comprometida, corresponsável e participe dos trabalhos desenvolvidos.

Envolver a comunidade é um elemento importante no processo de desenvolvimento dos Programas Sanitários Oficiais. Isso não só ajudará a ganhar a confiança e apoio da sociedade como proporcionará informações importantes sobre as preocupações e perspectivas da região. Não podemos desconsiderar que a comunidade é, por excelência, conhecedora da realidade local, de fatos que podem ter influência direta para o sucesso das atividades voltadas para defesa agropecuária e saúde pública.

Evidentemente, não existe um modelo único e universal de intervenção junto à população visada, pois um processo de comunicação eficaz deve, além de informar, provocar reações no público-alvo. Para tanto, a informação veiculada tem de ser compreensível, de fácil assimilação, de fácil memorização, credível, assim como, deve ser adaptada ao público alvo de acordo com nível de instrução e ambiente cultural.

O processo de comunicação estratégica traz em sua essência a formatação da linguagem, entendendo que cada público tem anseios e necessidades diferentes assim como se expressam de forma peculiar. Vale ressaltar que o desenvolvimento de atividades educativas tem por premissa a observação e estudos desses elementos a fim de promover ações propositivas e desenvolver um sistema natural de *feedback*, que se constitui como valiosa ferramenta para avaliação do processo de educação sanitária.

O planejamento estruturado (de objetivos gerais e específicos, delineamento de ações educativas e forma de avaliação de processo) é fundamental para o sucesso de um programa de Educação Sanitária.

Mesmo quando se trabalha em uma situação de emergência sanitária onde o fator tempo é um ponto crítico, a organização, clareza e objetividade, são essenciais para desenvolver com êxito as metas de um plano de educação sanitária. A execução de um plano de comunicação estratégica para emergência sanitária ajudará a aumentar o conhecimento sobre a situação. Também permitirá manter a consistência das mensagens e poupar tempo e recursos com retrabalho.

De acordo com O CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA (2007) os requisitos básicos para uma Ação Comunicativa efetiva são:

1. que a mensagem seja inteligível/clara;
2. que o que é dito seja verdadeiro/confiável;
3. que surja de um interesse comum;
4. que seja eticamente aceitável.

A articulação interinstitucional cria estratégias operacionais entre instituições oficiais e privadas, organizações não governamentais, acadêmicas e da sociedade civil, para concentrar esforços e recursos em uma direção em comum, devendo ser um processo sustentado, no qual as instituições otimizam recursos e realizam atividades nas quais dividem responsabilidades.

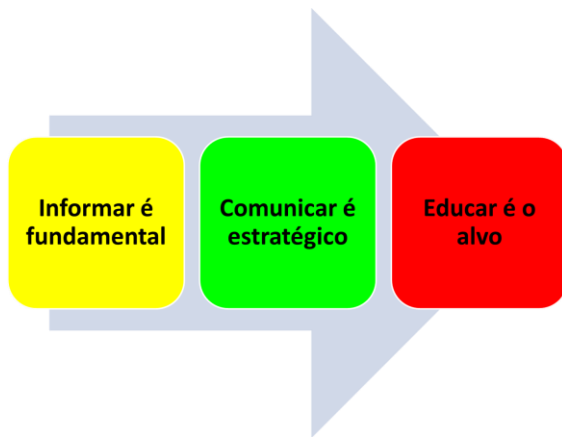
É fundamental que sejam estabelecidos contatos com repartições e organizações que apoiem as atividades, principalmente em nível local, assim como com lideranças que tenham credibilidade, pois estes atores possuem uma relação de longo tempo com a comunidade, sendo reconhecidos como referência local. Todos os elementos que tenham influência sobre comunidades sejam de ordem política, religiosa e outros, devem ser contatados, sensibilizados e chamados a assumir responsabilidade da função que ocupam.

Utilizar uma linguagem sensata, sem termos técnicos, ser sensível às normas locais, como a maneira de falar e de se vestir. Usar imagens concretas e conhecidas que permitam a comunicação em um nível pessoal. Utilizar exemplos para fazer com que os dados técnicos tornem-se mais vivos e acessíveis, o jargão e a linguagem técnica são utilizados em mensagens breves, mas criam barreiras para a comunicação bem-sucedida com o público.

As atividades de educação sanitária devem ser avaliadas continuamente, pois há necessidade de saber se o objetivo foi atingido, se as mensagens estão sendo comunicadas de forma eficiente e eficaz ou se houve mudança no comportamento entre as fases de pré e pós exposição à informação. Sem dúvida, as atividades educativas podem resultar em mudanças mensuráveis de longo prazo. Da mesma forma a temática deve sempre refletir o conteúdo Legal vigente e abordagem deve respeitar o preconizado pelo DDA/SEAPDR.

Nas entidades de ensino pode ser feito um interessante *feedback*, para avaliar a percepção dos estudantes, através da elaboração de redações, desenhos, dentre outras formas de expressão.

As atividades educativas devem ser organizadas em cronograma específico e comunicadas, sempre, à supervisão de defesa agropecuária regional. Os servidores podem contar com o apoio dos referências do Grupo Técnico em Educação Sanitária de sua regional, assim como dos programas sanitários e da Seção de Educação Sanitária



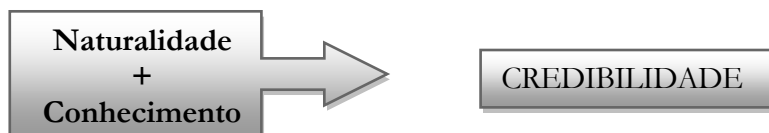
2. Elementos para um Plano de Educação Sanitária

Para desenvolver um plano de Educação Sanitária, é necessário considerar quatro elementos principais:

- 1) A fonte
- 2) A mensagem
- 3) Os meios de comunicação
- 4) O público

2.1. A fonte

Foi demonstrado que o êxito das mensagens divulgadas durante uma campanha educativa, associa-se fortemente à confiança ou credibilidade que o receptor da mensagem atribui ao comunicador da informação. É preciso entender que a confiança é um fator importante para a aceitação e a eficácia das mensagens durante uma campanha sanitária.



2.2. A mensagem

Apesar da complexidade da informação relacionada a um tema específico, a maioria das informações sobre os procedimentos voltados para sanidade animal ou saúde pública, pode ser entendida com facilidade, quando transmitida de maneira simples e em termos acessíveis a qualquer cidadão, para que este possa entender o que significa o risco e como pode participar.

A dificuldade ou problema não está no que é dito, mas como é dito.

2.3. Os meios de comunicação

Os veículos de comunicação têm um papel importante na educação sanitária, pois é o mecanismo por meio do qual a mensagem chega ao público em geral. É, portanto, fundamental decidir com objetividade o tipo de meio ou meios de comunicação que participarão de um plano de mobilização comunitária.

2.4 O público

O público será o grande balizador da linguagem que será utilizada assim como a escolha de qual ferramenta será mais apropriada. Ex. em um público de crianças da pré-escola, não há como fazer uma apresentação com linguagem técnica ou com a utilização de muitos textos.

2.5 Planejamento das Atividades Educativas

Entende-se por atividade educativa toda a forma de intervenção que leve informação através de um processo de comunicação estratégica. Esta pode ser na forma de palestra, contato interpessoal,

utilização de mídia escrita, falada e com os diversos recursos. Importante ressaltar que todas devem ser registradas em RAVE, por município e arquivadas após a contabilização dos dados.

O planejamento objetiva formatar uma agenda de realização de atividades educativas, conforme a característica e necessidades locais, regionais e estaduais, a partir de elaboração de cronograma detalhado que busca contemplar: atividades a serem realizadas por ordem cronológica, local e data de execução/apresentação, descritivo qualitativo e quantitativo de público estimado, profissionais envolvidos no processo, recursos e materiais de infraestrutura e necessários, entre outros aspectos que se fizerem necessários.

De acordo com O CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA (2007), deve-se optar por uma linguagem, por uma técnica ou um suporte determinado, em função da combinação de variáveis de recepção e canal estabelecidas pelos estudos em comunicação.

De um lado:

I. o gênero; II. a faixa etária; III. a condição social (população rural ou população urbana); IV. o nível de renda; V. a categoria sócio-profissional (agente de desenvolvimento, liderança local, autoridade governamental); VI. o ambiente e local de divulgação; VII. a amplitude e natureza do público-alvo (grande público ou um segmento específico).

E, por outro lado, o meio de comunicação adequado:

I. de grupo (TV, rádio, vídeo, internet, imprensa escrita, cartazes ou teatro popular); II. interpessoal (demonstração prática, slides, gravação, e-mail, contato pessoal, folheto etc.); ou III. institucional (reuniões, boletins informativos, visitas etc.).

Dentre as formas de materiais e meios de comunicação, destacam-se os seguintes:

Material escrito

Os cartazes, pôsteres, banners ou outdoors são utilizados para os lugares onde exista um grande movimento de pessoas (ruas, hospitais, pontos de ônibus, bancos, sindicatos, igrejas, agropecuárias,

etc.). Se o cartaz estiver sintetizado e com um bom equilíbrio visual, ele permitirá que a mensagem seja captada rapidamente.

O folheto é uma forma mais fácil de atingir o público e pode ser entregue diretamente aos interessados e com maior volume de informações. O folheto pode ser o complemento de uma palestra. A redação deve ter um estilo informativo-persuasivo e com um enfoque educativo claro. É recomendável escolher cuidadosamente as palavras para que não haja significados ambíguos nem duplos sentidos.

Textos e manuais são materiais de leitura mais aprofundada, direcionados aos públicos com necessidade de maior aprofundamento no tema.

Material audiovisual - apresentações

As apresentações audiovisuais, com materiais de projeção permitem uma grande interação entre o apresentador e o público, com maior aprofundamento nos temas abordados e permitindo o esclarecimento de dúvidas. O tema a ser abordado, assim como o material a ser projetado deverá ser adequado ao público alvo da atividade.

O vídeo é outro meio interessante para divulgar a informação. Esse formato é ideal para trabalhar públicos específicos. A utilidade dessa modalidade educativa é importante porque permite a expressão visual e conta com o apoio sonoro necessário a todo tipo de divulgação educativa que complemente a presença do pessoal técnico. A exibição de um vídeo pode enriquecer outras ações comunicativas como o diálogo com um público específico, debates, entrega de folhetos informativos, repetição de cenas que devem ser fixadas, etc. O Departamento de Produção Animal conta atualmente com (04) quatro vídeos educativos, com os seguintes temas: Febre Aftosa, Raiva Herbívora, Tuberculose/Brucelose, Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Veículos de comunicação em massa

Os veículos de comunicação em massa têm a grande vantagem de atingir um grande público por evento realizado. As formas de comunicação nesses veículos ocorrem por meio de entrevistas, notas

técnicas ou spots. As notas técnicas e spots específicos podem ser solicitados à coordenação do SES ou ao representante regional do grupo técnico para utilização a nível local.

Sendo o **rádio** o método de difusão mais próximo das pessoas, ele é o meio privilegiado para veiculação de informações. O rádio é síntese, concisão, imediatismo, simultaneidade e rapidez. É por meio dele que a linguagem e os sons devem mostrar a clareza e a simplicidade das mensagens. O rádio se comunica com um público heterogêneo, com diferentes níveis de compreensão. Por esse motivo é preciso assegurar que as mensagens radiofônicas possam atingir todos. Falar pelo rádio significa explicar, contar e dialogar com o receptor.

A **atividade televisiva** regional tem um desenvolvimento eficiente nos espaços jornalísticos apresentando notícias locais, regionais e internacionais, o que desperta o interesse comunitário. Os materiais dirigidos ao público televisivo devem ser elaborados com extremo cuidado e sempre levando em conta a comunicação de massa, os horários de transmissão e se serão veiculadas em canais abertos ou fechados. As unidades locais podem participar de entrevistas para prestar esclarecimentos, orientações ou divulgação dos assuntos relacionados às atividades desenvolvidas, lembrando da importância de um bom embasamento técnico no tema a ser abordado. Sempre que houver alguma dúvida ou quando se fizer necessário aprofundamento em algum tema a ser apresentado, pode ser feito contato com este serviço ou com o programa específico para angariar maiores subsídios.

Os **jornais** e revistas ocasionalmente cedem espaço para divulgação de informações relevantes, podendo ser divulgadas notas técnicas, preferencialmente padronizadas ou revisadas pelo programa específico ou por este serviço. Além destes ainda temos as mídias eletrônicas.

OBSERVAÇÃO

Todo material educativo utilizado em representatividade do DDA/SEAPDR-RS deve estar alinhado com as diretrizes institucionais e passar por criteriosa avaliação antes de sua divulgação, podendo contar com o apoio dos programas sanitários, supervisão regional e referências do GT-SES.

3. Atividades do SES

As atividades desenvolvidas em educação sanitária serão desenvolvidas pelos responsáveis por programas sanitários, pelos supervisores regionais, pelo grupo técnico de educação sanitária e pelos servidores das unidades locais, dependendo da atividade a ser executada.

Uma importante estratégia é a descentralização das atividades, com formação de multiplicadores, visando atingir um público maior sem onerar demasiadamente alguns servidores.

A Seção de Educação Sanitária possui a distribuição de atividades educativas por município a partir de análise multicritério, estabelecida conjuntamente com a Seção de Epidemiologia e Estatística.

3.1. Documentos comprobatórios

Todas as atividades educativas devem ser registradas, para fins de elaboração de relatórios, análises descritivas e analíticas e comprovação das atividades em auditorias interna e externa.

Para tal comprovação, foi estabelecida a utilização do Relatório de Atividades e Vigilância Epidemiológica (RAVE), sendo o Anexo 2, das atividades de educação sanitária. Seu preenchimento é bastante simples, constando no respectivo instrutivo.

Além do preenchimento do RAVE e seu anexo, deverá ser utilizada lista de presença ou memória de reunião padronizada, escolhendo a opção de sua preferência, conforme tabela abaixo:

Atividade executada	Opções de modelo de documento
Palestras, treinamentos, cursos ou seminários.	Modelo 01 – Lista de presença sem contatos Modelo 02 – Lista de presença com contatos
Palestras em escolas.	Modelo 01 – Lista de presença sem contatos Modelo 02 – Lista de presença com contatos Modelo 03 – Lista de presença escolas
Reuniões ou contatos interpessoais.	Modelo 04 – Memória de reunião compacta Modelo 05 – Memória de reunião extensa

Para atividades em veículos de comunicação em massa, deverá ser solicitado comprovante de participação, que indique a expectativa de público atingido (quantidade).

Reuniões internas com memória de reunião devem possuir o RAVE com a numeração correspondente ao município em que ocorreu.

3.2. Capacitações internas

As atividades de capacitação interna para os servidores deste departamento serão desenvolvidas pelos programas sanitários e contarão com o apoio dos grupos técnicos específicos e do grupo técnico de educação sanitária. Serão realizadas de forma periódica e contínua, abordando temas relevantes e visando a padronização e qualificação das atividades desempenhadas.

Cabe às unidades locais a participação efetiva nestes eventos, bem como a proposição de temas para futuras oportunidades.

3.3. Atividades de educação sanitária a público externo

As atividades educativas para público externo devem ocorrer de acordo com os eixos elencados pelo DDA/SEAPDR-RS tanto na área animal quanto vegetal, com atenção aos principais assuntos do SVO:

- Características do Serviço Veterinário Oficial do DDA/SEAPDR-RS
- Zoonoses
- Programas Sanitários desenvolvidos pelo SVO
- Doenças Transfronteira
- Inspeção de produtos de origem animal
- Legislação aplicada à defesa agropecuária
- Inspeção e defesa sanitária Vegetal
- Agrotóxicos

Os responsáveis pelas unidades locais devem atender às demandas dos coordenadores de programas sanitários e deste serviço na área de educação sanitária, com a elaboração de cronogramas específicos. Além destas demandas, e considerando as particularidades de cada localidade, município ou região, deverão ser definidas as atividades complementares em educação sanitária a serem desenvolvidas, visando estimular o desenvolvimento dos programas sanitários com maiores necessidades, seja em profilaxia, vigilância, controle de trânsito ou saúde pública.

Inicialmente, orientamos que sejam **definidos os temas de interesse** possíveis de serem abordados, visando suprir deficiências ou aprofundar temas já amplamente difundidos. Por exemplo: prestar uma entrevista em rádio local para incentivar a notificação de enfermidades em município com baixo registro de vigilância passiva.

Após a definição dos temas a serem propostos, os servidores da unidade local devem **buscar apoio junto às autoridades locais e entidades representativas** para implantação das atividades. Podem ser contatados os representantes de sindicatos rurais, prefeitura municipal, veículos de comunicação, EMATER, promotores de eventos e, principalmente, o conselho agropecuário municipal. Muitas vezes estas instituições já possuem agenda de atividades programadas, nas quais podemos solicitar participação para inserir os temas propostos, ou outros solicitados, desde que ligados às atividades do DDA/SEAPDR.

Os **temas a serem abordados devem ser discutidos internamente com o supervisor regional e com o representante regional do grupo técnico de educação sanitária**. Os materiais necessários para a execução das atividades podem ser obtidos no site da SEAPDR ou requeridos à coordenação do SES.

3.3.1. Público alvo

- Produtores rurais.
- Proprietários de estabelecimentos beneficiadores de produtos de origem animal.
- Transportadores de animais ou produtos de origem animal.
- Entidades representativas de produtores e sindicatos.
- Associações de criadores.
- Serviço oficial do município
- Representantes de grupos de cidadãos organizados

- Profissionais da cadeia produtiva
- Associações e Cooperativas que atuam na região.
- Meios de comunicação local, regional e estadual.
- Outras instituições governamentais.
- Membros de organizações profissionais.
- Entidades de ensino.
- Professores universitários.
- Professores de escolas técnicas.
- Professores de escolas rurais.

3.4 Certificados

Podem ser confeccionados certificados, emitido pela SES/DCIS/DDA de realização de atividades educativas. Para isso são necessários o envio das listas de presença, com o título da atividade e o detalhamento da mesma considerando os temas abordados e os ministrantes.

3.5 Projetos em andamento

Projeto de educação sanitária nas escolas

Estão sendo realizados os projetos de educação sanitária nas escolas, consolidado na regional de Pelotas e com a perspectiva de implantação de duas regionais ao ano. A meta é de implantação do projeto de educação sanitária nas escolas de forma crescente e regular, com o objetivo que cada regional possua essa atividade desenvolvida e em expansão.

Outros projetos

Os projetos específicos dos programas sanitários e da inspeção serão trabalhados individualmente para os diferentes públicos, considerando sempre a descentralização das atividades, ou seja, após definição do tema e público alvo, será treinado o GTSES assim como os outros grupos técnicos, que serão multiplicadores em suas regionais.

Todo projeto a ser implantado deve ser apresentado à supervisão regional para ciência e manifestação do supervisor regional, que em sequência deve encaminhar à Seção de Educação Sanitária, que contará com o apoio do setor específico, se necessário, para avaliação conjunta, protocolo de registro e manifestação.

4. Legislação vigente para o SES

- Instrução Normativa Nº 28 de 15 de maio de 2008.
- Lei Nº 13.192, de 30 de junho de 2009.
- Decreto 5.741 de 30 de março de 2006 – Regulamento SUASA.

5. Contatos com o SES

Em caso de dúvidas, sugestões, críticas e/ou correções com relação aos documentos contidos nesta pasta, entre em contato com a coordenação deste serviço através dos seguintes canais de comunicação:

Responsáveis:

Felipe Lopes Campos – FEA Médico Veterinário

felipe-campos@seapdr.rs.gov.br

Rosane Colares Moraes. – FEa Médica Veterinária

rosane-moraes@agricultura.rs.gov.br

Apoio:

Marisa Friedrich Montano – Auxiliar administrativa

marisa-montano@agricultura.rs.gov.br

Endereço: Serviço de Educação Sanitária – DFDSA/DDA/SEAPDR
Av. Getúlio Vargas, 1384 – sala 09 – CEP: 90150-900 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3288-6269

FAX: (51) 3288-6221

e-mail: educacaosanitaria@agricultura.gov.br

Site: <http://www.agricultura.rs.gov.br>